

A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano

The first US military occupation of Haiti and Haitian origins of totalitarianism

Everaldo de Oliveira Andrade¹

Resumo: o artigo busca analisar o período de ocupação militar do Haiti por tropas dos EUA a partir de 1915 até 1934 e seus legados, bem como as tentativas de resistência que ocorreram por parte dos haitianos e seus efeitos sobre a sociedade e a economia do país até o período que antecede a ditadura de François Duvalier em 1957. Os conceitos de imperialismo e nacionalismo são problematizados em sua provável aplicabilidade ao processo histórico analisado. Busca-se compreender os efeitos mais profundos da invasão e ocupação dos EUA também em seus desdobramentos institucionais mais duradouros como a extinção do antigo exército nacional fundado em 1804 e sua substituição por uma guarda nacional que ajudará a pavimentar os caminhos para a futura ditadura de François Duvalier.

Palavras-chave: Haiti; invasão EUA; guerrilha dos cacos

Résumé: L'article analyse la période militaire de l'occupation d'Haïti par les troupes américaines de 1915 à 1934 et de son héritage, ainsi que la résistance de tentatives qui ont eu lieu de la part des Haïtiens et de leurs effets sur la société et l'économie à la période avant la dictature de François Duvalier en 1957. Les concepts de l'impérialisme et le nationalisme sont problématisée dans leur applicabilité probable au processus historique analysé. Nous cherchons à comprendre les effets les plus profondes de l'invasion et de l'occupation aussi dans ses développements institutionnels plus durables US comme l'ex-extinction de l'armée nationale fondée en 1804 et son remplacement par une garde nationale qui aidera à ouvrir la voie à la dictature avenir de François Duvalier.

Mots-Clés: invasion américaine ; Haïti ; guérille des cacos

Artigo recebido em: 01/08/2016

Artigo aprovado para publicação em: 22/02/2016

Este artigo analisa o período de invasão e ocupação do Haiti pelos EUA entre 1915 e 1934, suas consequências locais e as diferentes formas de resistência nacional construídas

¹ Doutorado e Pós-Doutorado em História na USP. Professor de História contemporânea na USP. Contato: everaldoandrade@usp.br



pela população haitiana. Para isso, busca-se utilizar dos conceitos de imperialismo e anti-imperialismo tendo como objetivo avaliar a hipótese de que a experiência haitiana teria se constituído em um laboratório para as políticas externas da jovem potência estadunidense, gerando possíveis legados autoritários internos e uma experiência prática para futuras intervenções imperialistas. Da mesma forma, provavelmente poder-se-ia avaliar os caminhos percorridos pela resistência nacional haitiana na perspectiva de sua originalidade e irradiação através da negritude como movimento internacional. A primeira parte do trabalho recompõe em linhas gerais a formação da nação haitiana desde sua independência em 1804 até o período anterior à invasão dos EUA em 1915. Em seguida, a invasão e seus desdobramentos internos buscam ser ao mesmo tempo relacionados com a conjuntura internacional de expansionismo imperialista dos EUA e a resistência armada nacionalista da guerrilha dos Cacos. Os movimentos indigenista e negritude são abordados no contexto de busca e reconstrução de uma identidade nacional e anti-imperialista voltada agora para fontes não europeias. Por fim, são analisadas as fases finais da ocupação militar em 1934 e seus prováveis legados autoritários e possivelmente relacionados com a permanência do imperialismo.

O Haiti nasceu como país e se construiu como nação após a luta heroica de independência e liberdade dos escravos negros em 1804. Mas, passados mais de cem anos, essa conquista era esmagada pela primeira invasão estadunidense ao país no ano de 1915. Depois, seguiu-se um período que sinalizava a sangrenta ditadura dos Duvalier até 1986 como resultado mais profundo desta invasão. Hoje, o país está reduzido a quase uma neocolônia sob ocupação militar desde 2004 por tropas majoritariamente brasileiras, mas sob comando de fato dos EUA e cobertura institucional da ONU. De solidário país independente na América Latina no início do século XIX – quando o presidente haitiano Alexandre Pétiou ajudara inclusive materialmente Simón Bolívar em sua luta pela libertação política da América espanhola – é hoje um solitário país ocupado por tropas da região (entre brasileiros, bolivianos, argentinos, chilenos), muitas delas jovens nações que ajudara a se tornar independentes dois séculos atrás. A subjugação da nação haitiana retomado com a primeira invasão em 1915 parecia refletir também os passos desenvolvidos pelos EUA, como um espelhamento trágico aos haitianos e como espaço privilegiado e inicial das futuras práticas políticas e militares estadunidenses na região. Se cem anos atrás a invasão era uma marca da



ascensão estadunidense, qual será seu significado hoje quando os EUA se utilizam de tropas auxiliares latino-americanas sob o mandato da ONU para manter a ocupação do Haiti? O conceito de imperialismo em sua acepção marxista elaborada por diversos teóricos do começo do século XX (Hilferding, Luxemburg, Bukharin, Lênin) parece oferecer um núcleo analítico fundamental para a plena compreensão desse processo, o que buscamos desenvolver em nossa análise. E nessa perspectiva, o Haiti muito provavelmente não poderia ser pensado, no século XX, isoladamente dos grandes processos mundiais de consolidação e crise do sistema de poder mundial dos EUA, com suas implicações latino-americanas. Além de provável contraponto e laboratório de políticas externas dos EUA no início do século XX, o Haiti pode ter sido ao mesmo tempo polo de resistência e origem de reflexões e movimentos sociopolíticos que se conectaram e ultrapassaram suas fronteiras, como a produção de intelectuais haitianos antirracistas desde o final do século XIX e o desenvolvimento de movimentos de valorização da cultura negra e africana no país. São questões que buscaremos analisar conjuntamente, à luz da historiografia e da atualidade ou não do conceito de imperialismo e anti-imperialismo e dos seus desdobramentos nacionais.

Da independência ao imperialismo

A guerra de independência iniciada pelos ex-escravos negros na parte ocidental da ilha de Santo Domingo – até então uma colônia francesa que sofria os abalos da revolução de 1789 na metrópole – terminou com uma espetacular derrota do exército napoleônico. Toussaint L'Ouverture, que liderava a revolução que se desenrolava desde 1791, foi preso e enviado para a França onde morreria pouco depois. Um novo líder assumiu a luta, o general negro Jean Jacques Dessalines, que proclamou a independência em 1º de janeiro de 1804. E o Haiti tornou-se a primeira república de ex-escravos negros do mundo e a 2ª república independente do continente. No entanto, os haitianos não puderam fazer maiores esforços para ampliar lutas ou rebeliões similares. As grandes potências da época como Inglaterra e França estavam voltadas contra eles impondo um isolamento diplomático e comercial. A sobrevivência e prosperidade exigia o afastamento de possíveis intervenções externas no



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, N°. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

jovem país, esgotado por anos de guerras. Até por isso, as grandes potências buscarão, nas décadas seguintes, por todos os meios, isolar e esmagar o Haiti independente, temendo que seu exemplo semeasse rebeliões e se espalhassem por toda a América Latina.

O Haiti não conheceu a revolução social e econômica propriamente dita entre 1791-1804. As lutas mais ou menos sangrentas entre grupos concorrentes da classe dominante com ou sem participação popular, as lutas entre clãs políticos não mudaram fundamentalmente o regime socioeconômico baseado em grandes propriedades agrícolas (BENOIT, 1979, p. 220). Dessalines tentou restabelecer os sistemas de *plantations* destruídos e tomou medidas para fixar os trabalhadores em seus locais de trabalho, aproveitando sua experiência militar para tentar reorganizar a economia. A independência acabara com o sistema das *plantations* coloniais, porém, a concentração de terras continuava agora nas mãos de uma nova elite de proprietários negros e mulatos. A herança de três séculos de dominação colonial escravista e racista com concentração de terras não permitira ao Haiti uma ruptura profunda dos limites de Estado-Nação em formação e em transição para o capitalismo. Constituiu-se uma formação econômica transitória ao capitalismo, na periferia da Europa, que se industrializava, integrada parcialmente e de forma subordinada ao mercado mundial.

Ao longo do século XIX, marcado pela grande instabilidade política, surgiram 22 presidentes e somente um deles terminou seu mandato regular, outros 14 foram depostos. As décadas iniciais do século XIX estavam marcadas pela consolidação internacional do capitalismo industrial inglês ainda livre-concorrencial e ascensão de novas potências industriais. E as pressões econômicas sobre as nações latino-americanas, principalmente através da defesa da abertura de mercados, multiplicavam-se. Países pobres como o Haiti só poderiam conseguir desenvolvimento econômico e acesso ao mercado internacional em associação com os poderosos mercadores ingleses ou buscando uma via de autonomia e desenvolvimento econômico nacional capitalista que apenas o Paraguai na região ousara iniciar nesse momento. Porém, a classe dirigente haitiana não possuía unidade e densidade política e econômica, muito menos autonomia e perspectiva como burguesia nacional para dirigir um processo de tal envergadura. Neste período, muitos daqueles que estiveram à frente de governos haitianos optaram por dar as costas ao seu país, envolveram-se em negócios



espúrios, em aventuras golpistas agenciadas por financistas e negociantes estrangeiros (HAGGERTY, 1991, p. 219).

O conflito entre as massas populares e os grandes proprietários prolongou-se pela história haitiana e por aí perpassou o processo de formação da identidade nacional ao longo do século XIX (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 70). Para além e como pano de fundo das dificuldades do exercício do poder político, os grupos de proprietários economicamente dominantes, de um lado, e as forças populares radicalizadas, de outro, permaneceram na arena política em disputa pelo controle dos meios de produção. Para a grande maioria de camponeses pobres, tratava-se de contestar e recusar a via em que fora colocada a nação pela classe dominante que tomara ou retomava os meios de produção e os excedentes econômicos em detrimento do desenvolvimento nacional (BENOIT, 1979, p. 221). Desde o governo de Dessalines, buscava-se manter as tendências igualitaristas saídas da revolução de independência em defesa da distribuição de terras, mas o próprio presidente pagou com a vida quando foi assassinado a mando de grandes proprietários de terras para se impedir que essas perspectivas se desenvolvessem. Sob essa base, pode-se, em grande parte, compreender a instabilidade política e social e o quase permanente estado de insurreição e tumultos das primeiras décadas de história haitiana, refletindo as divisões sociais e econômicas da ainda indeterminada identidade nacional do novo país. Mas essa abordagem seria absolutamente insuficiente se não se levasse em conta as pressões do mercado mundial em formação no século XIX, em particular através das ingerências que França, Inglaterra e EUA jamais cessaram de produzir. Eram a antessala do imperialismo no século XX com desdobramentos internos através das associações que se estabeleciam entre membros da burguesia haitiana e seus sócios estrangeiros, o que também produzia refrações internas no país sob a forma de conflitos políticos, econômicos e sociais. Esses antagonismos de classe apareciam sob formas variadas e complexas nas divisões entre falantes de francês e crioulo, entre negros e mulatos em suas diversas variantes, entre grupos religiosos católicos e voduns, entre influências africanas e ocidentais².

2 Deve-se destacar o importante papel da intelectualidade haitiana desse período que desafiou as teses racistas europeias. A nascente antropologia haitiana do século XIX buscou refutar as teses de inferioridade racial dos negros e as definições que caracterizavam o mundo dos negros como espaço de tiranias e superstições. Um dos



As disputas entre as grandes economias capitalistas industriais cresciam no final do século XIX e o Haiti não estava distante dessas consequências, tendo que conviver cada vez mais com as nascentes ambições expansionistas dos EUA no Caribe e América Latina. As ambições de anexação da ilha sempre despertaram interesse dos estadunidenses. É preciso lembrar que, apenas ao fim da guerra de secessão (1862-1866), os EUA reconheceram a independência do Haiti. Uma nação negra e livre representava e simbolizava a oposição à escravidão que esmagava milhões de homens dentro dos EUA. Ainda assim, mesmo após a vitória dos nortistas abolicionistas, o Haiti seguiu sendo desrespeitado em sua soberania. Em 1870, o presidente Ulysses Grant, ex-general vitorioso do Norte antiescravista, propôs a anexação da República Dominicana e do Haiti, proposta rejeitada pelo congresso. A construção do canal do Panamá aumentou os interesses dos EUA pelo controle do Caribe, que se expressava, por exemplo, na tentativa de se estabelecer uma base naval na ilha haitiana de Môle Saint Nicolas. Em 1898, os EUA haviam ocupado Porto Rico e assegurado Guantánamo em Cuba como base naval, mas não desapareceram os interesses que viam o Haiti como plataforma para ações estratégicas privilegiadas no Caribe (NICHOLLS, 1996, p. 144).

Porém, o envolvimento dos EUA não era apenas de ordem geopolítica³. Em 1910, o capital financeiro estadunidense no país estava em duas posições-chaves: o banco do Haiti e a ferrovia McDonald's. Nesse período, esses capitais consolidam seus investimentos em companhias de minério, de ferro, minas de carvão e precisam objetivamente enfrentar interesses concorrentes de outras potências capitalistas. Havia, por outro lado, nesse momento, duas questões econômicas imediatas que pressionavam diretamente o governo haitiano e sufocavam o orçamento nacional: em 1915, a alfândega era praticamente a única fonte de renda do estado nacional; e mais de 80% desta estavam comprometidos com o

marcos foi o livro de Anténor Firmin (*De l'égalité des races humaines*, 1885), escrito como uma resposta direta e 'científica' às teses de Gobineau (*De l'inégalité des races humaines*, 1853), que defendia a inferioridade dos negros. Como outros intelectuais haitianos da época, no entanto, buscava ainda que combatendo o racismo e a ideia de raças, um reconhecimento frente à civilização europeia e suas instituições em uma perspectiva assimilacionista. Ver a respeito: Laënc Hurbon, *El bárbaro imaginario*, p. 43-55.

3 O conceito de imperialismo como uma fase específica do capitalismo, que promove a crescente fusão dos capitais financeiros, comerciais e industriais e possui desdobramentos geopolíticos em escala mundial foi abordado do ponto de vista do marxismo de forma pioneira por Rudolf Hilferding em seu livro "O capital financeiro" de 1910. Desde esta perspectiva, é possível compreender mais amplamente a ação expansionista dos EUA em relação direta com as necessidades de expansão dos mercados para suas indústrias e as relações estabelecidas com os capitais comerciais e financeiros em articulação com o Estado.



pagamento de dívidas estrangeiras, sobrando cerca de 20% para todas as outras despesas de estado. Desde 1914, a quase totalidade das receitas do orçamento estavam hipotecadas em garantia de uma dívida pública pelo saldo de 23,5 milhões de dólares de empréstimos externos (BENOIT, 1979, p. 215). O governo dos EUA tentara aplicar pressão para controlar diretamente a alfândega como fizera em outros lugares e garantir o pagamento de dívidas. Uma disputa entre o Haitian Banque Nationale em mãos majoritariamente de investidores franceses, mas também alemães e estadunidenses e o New York National Bank dificultava, no momento, essa via de ação. Os EUA buscavam meios para sufocar o governo haitiano e submetê-lo às suas exigências. Outra disputa econômica envolvia o governo do Haiti e os empresários estadunidenses responsáveis pela concessão para construir a ferrovia entre Port-au-Prince e Cap-Haitien. Esta previa grandes vantagens em taxas e terras à empresa. A empresa quis receber dividendos mesmo sem ter terminado três setores da ferrovia alegando que agitações políticas haviam impedido a finalização das obras. O governo haitiano se recusou a pagar sem o término das obras (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 73).

Os interesses geopolíticos e econômicos dos EUA na região se chocavam cada vez mais com os de seus competidores. Ingleses, franceses e alemães também haviam se estabelecido na região. Porém, é preciso destacar que não se tratava do quadro de expansionismo territorial e econômico que caracterizava o capitalismo concorrencial do século XIX. O imperialismo como fase específica do capitalismo expressava uma maior concentração e centralização de capitais monopolistas e sua articulação estatal e expansão mundial por novos mercados. A concretização desse fenômeno de escala internacional possuía sua clara refração no pequeno mercado nacional haitiano desse período. Os alemães haviam avançado mais solidamente no controle do comércio haitiano. Em 1883, o então príncipe rei alemão visitara a capital haitiana. Em 1910, já controlavam mais de 80% do comércio internacional do Haiti, além de negócios envolvendo transportes e créditos do insolvente banco nacional. Como os EUA, a Alemanha vinha ampliando sua influência militar na região com interesse similar em estabelecer uma base militar no Haiti (HAGGERTY, 1991, p. 222-223). Evidentemente, essa informação aguçava as preocupações e os interesses dos EUA. Era o contexto internacional que antecedia a Primeira guerra mundial. A França



ainda mantinha importância financeira e comercial no país, mesmo tendo perdido o controle efetivo sobre o banco nacional para os investidores estadunidenses.

Na arena política interna houve diretas consequências com grande instabilidade alimentada pela crise econômica dos primeiros anos do século XX. Era um momento de formação de grandes fortunas nacionais sendo feitas com a especulação e as conexões com capital estrangeiro. Em contrapartida, a luta camponesa retomava sua força nos anos de 1911-15 por conta do aumento da insegurança material e degradação social das massas populares. Foi essa situação que começou a engendrar a chamada “Guerra dos Cacos” (BENOIT, 1979, p. 234), movimento social que expressava a ação das massas populares e suas reivindicações econômicas concretas como a redução do custo de vida e a democracia econômica e social. A classe dominante viu-se incapaz de reprimi-los e isso se refletiu na crescente instabilidade política entre 1911 e 1915 (BENOIT, 1979, p. 236-237).

Setores nacionalistas da burguesia haitiana assumiram o poder em novembro de 1914 sob direção de Davilmar Théodore com certo respaldo e pressão popular. Mas o governo foi previsivelmente hostilizado pelos bancos, pelos políticos alinhados aos grandes proprietários e pelos estadunidenses. Foi nesta ocasião, em dezembro de 1914, que um comando de fuzileiros em plena luz do dia confiscou o estoque de ouro do banco do Haiti e o levou para Nova York em um navio de guerra dos EUA para supostamente saldar dívidas do governo haitiano. O país estava à beira da insolvência e uma radicalização política por pressão popular não era nada improvável, muito embora houvesse pouca densidade e organização política visível entre as camadas trabalhadoras. O mundo encontrava-se em convulsão com a Primeira Guerra e, no continente, a revolução mexicana de Villa e Zapata desde 1910 mostrava o exemplo de milhares de camponeses em armas lutando pela terra. De fato, o imperialismo tornava-se cada vez menos uma abstração teórica e seus desdobramentos empíricos cada vez mais materialmente evidentes e trágicos para a história haitiana e do continente.

A invasão do Haiti pelos EUA em 1915



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

Em novembro de 1914, o Departamento Naval dos EUA finalizara um plano para ocupar a cidade de Porto Príncipe, capital haitiana, prevendo um cenário em que “autoridades locais admitiam sua inabilidade para proteger interesses estrangeiros...”. Assim, “em nome da humanidade, moralidade e civilização”, o secretário de estado Elihu Root estava monitorando de perto o Haiti, aguardando “o momento psicológico” em que os EUA poderiam estabelecer as “relações corretas” (ABBOTT, 1988, p. 34).

Sucedeu-se o novo governo do general Vilbrun Guillaume Sam, antigo ministro do interior e disposto a usar mãos de ferro para controlar o país. O presidente enfrentava uma revolta no norte do país dirigida pelo ex-presidente Rosalvo Bobo, um crítico do contrato de concessão das ferrovias que se opunha ao controle dos EUA, embora não fosse em princípio contra investimentos estrangeiros. Em 26 de julho de 1915, um grupo de rebeldes atacou o palácio presidencial. Com dificuldade em se defender, o presidente ordenou ao general Charles Oscar que executasse todos os 164 prisioneiros políticos presos da Penitenciária Nacional, o que precipitou a revolta geral na capital. Um ataque em massa foi feito ao Palácio presidencial e o presidente conseguiu momentaneamente escapar para a Legião Francesa, mas foi alcançado pela multidão e assassinado barbaramente: depois de imobilizado foi desmembrado e esquartejado e peças do seu corpo circularam pela cidade; a sua cabeça foi exposta publicamente. Dias depois, no norte do país, o grupo de rebeldes liderados por Rosalvo Bobo atacou e ocupou a cidade Capitaïn Haiti e cidades próximas. Uma rebelião estava em curso com consequências imprevisíveis não apenas para a situação local, mas também para os negócios e interesses econômicos de investidores externos no país. (NICHOLLS, 1996, p. 146). Finalmente, surgira “o momento psicológico” que os EUA esperavam para invadir o país (ABBOTT, 1988. p. 36-37; BENOIT, 1979, p. 236-237).

Os EUA não tiveram dúvida de que a ocupação militar do Haiti poderia ser realizada facilmente. Os governos alemão, inglês e francês estavam ocupados com a guerra na Europa. Era uma oportunidade. Alguns meses antes, os marines já haviam invadido a fronteira República Dominicana (TROUILLOT, 1990, p. 100). Em 28 de julho, desembarcaram os primeiros marines no Haiti e rapidamente ocuparam os pontos chaves e instituições nacionais estratégicas (HAGGERTY, 1991, p. 223-224). Os EUA passaram a ter poder de veto sobre todas as decisões de governo dos haitianos. Comandantes marines passaram a administrar as



províncias com poder de polícia. As instituições locais ficaram nominalmente com os haitianos, mas o almirante William Caperton passou a comandar o país de fato. No entanto, para manter as aparências de soberania nacional do governo era preciso colocar um haitiano como presidente fantoche a frente do país. Em 12 de agosto de 1915, sob a proteção e aprovação prévia dos ocupantes, o presidente do senado, Philippe Sudre Dartiguenave aceitou a presidência simbólica do Haiti, depois que vários outros possíveis candidatos indicados terem recusado assumir o cargo. O novo presidente declarou que o país não poderia continuar discriminando as bem-intencionadas e positivas ações dos capitais estrangeiros (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 75). A intervenção armada revestia-se agora de um conteúdo novo, pois não se tratava apenas de uma ação armada pontual e temporária como os EUA já haviam protagonizado nos recentes anos anteriores em outros países da região. Eles vieram para ficar longos anos, introduzir mudanças nas estruturas de funcionamento da economia e sociedade haitiana, buscando perenizar sua influência. Tratava-se de um novo modelo ou experimento político em processo.

Alguns setores da sociedade haitiana apoiaram inicialmente a invasão. Ambicionavam atrair investidores externos dos EUA como ocorria na época em Cuba e Porto Rico; a alta hierarquia católica esperava agora apoio para seu sonho de erradicação do vodu; os comerciantes estrangeiros esperavam que a ocupação favorecesse seus negócios (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 74). Isso garantia que houvesse uma base social local de apoio ao governo fantoche. Apesar disso, a posição dos EUA foi firme em todos os sentidos, reveladora da reação nacional aos passos dos EUA na elaboração dos novos experimentos autoritários de controle que se pretendia implementar: dissolveu o parlamento, censurou a imprensa e correios; todos os cidadãos haitianos mais destacados foram colocados sob supervisão da inteligência militar; a imposição da lei marcial foi decretada em 3 de setembro de 1915. Aplicou-se o uso de tribunais militares para julgar civis, a intimidação ou prisão ilegal de jornalistas, o indiscriminado assassinato de camponeses, a nomeação de um grande número de soldados em altas posições da administração civil. (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 75). Dartiguenave, como presidente alinhado com os ocupantes e sua mentalidade, e no rastro destas medidas, desencadeou uma campanha contra a popular religião vodu. Instrumentos musicais, cerimônias de locais sagrados e objetos sagrados foram confiscados,



vários sacerdotes foram presos⁴. Apesar da perseguição, o vodu não foi erradicado e, pelo contrário, tornou-se mais clandestino, espaço de resistência que catalisou e fortaleceu a unidade de camponeses e intelectuais em uma aliança contra os invasores (ABBOTT, 1988, p. 41).

Em relação às forças armadas do Haiti, a disposição dos EUA foi de rapidamente dissolvê-la por conta de suas históricas raízes nacionalistas e formar uma nova, fiel e eficiente força armada que pudesse jogar um papel ativo na política do país (TROUILLOT, 1990, p. 105). O objetivo era fazer do Haiti um país estável e submisso para seus investimentos, provavelmente o laboratório político, econômico e social para futuras intervenções em um quadro de consolidação do imperialismo estadunidense⁵. Para garantir seus objetivos, foram obrigados a desenvolver minimamente serviços de saúde pública e educação técnica, investimentos básicos em infraestrutura criados principalmente pelas necessidades de fazer do Haiti um espaço atrativo para investimentos privados e facilitar a presença militar em todo o território (NICHOLLS, 1996, p. 148). Os EUA assumiram também o controle das finanças do país e todos os negócios administrativos do estado. Apenas em 1941 os EUA deixaram de controlar a alfândega do país para cobrar dívidas do século XIX (COGGIOLA, 2007, p. 37). Os EUA continuarão a supervisionar as operações fiscais do Haiti até 1952.

Os primeiros 350 soldados que desembarcaram eram todos brancos e se seguiram milhares de outros. Muitos eram sulistas dos EUA já com preconceitos raciais consolidados contra os negros: “Nunca confie em um negro com uma arma” era um dos lemas

4 Existe uma ampla discussão sobre a visão de barbárie e feitiçaria associada pela cultura europeia em relação aos cultos religiosos do Vodou e às práticas culturais das populações africanas no Haiti, que acabariam por auxiliar e justificar perseguições da elite haitiana e dos invasores estadunidenses. O imaginário construído de que o vodou se associava ao canibalismo e rituais de sangue era útil para desumanizar as populações que se rebelavam e seriam perseguidas pelos marines (Laënek Hurbon, *El Bárbaro imaginario*, p. 72-74)

5 A hipótese de que a invasão do Haiti em 1915 representasse uma inflexão mais destacada e experimental da política externa dos EUA foi desenvolvida por Mário Pedrosa (ver *A Opção imperialista*, cap. 2, 34-70): “Em busca das razões intrínsecas que explicam o comportamento político e econômico dos EUA para com a América Latina convém tentarmos acompanhar o aparecimento do movimento imperialista americano como que ao nascer (...) O Estado ultraliberal americano foi o instrumento indispensável, a serviço dos grandes capitães da indústria de então àquela formação imperialista. (...) Foi então que, graças à ação do Estado, os órgãos e instrumentos políticos e econômicos indispensáveis à ação imperialista foram criados. (p. 34)



sistematicamente repetidos entre os ocupantes. Os documentos recolhidos dos marines nessa época apresentavam o povo haitiano com termos altamente pejorativos: cartas com reportagens que descreviam os haitianos como porcos, macacos, animais sem cérebro, selvagens, irracionais, imaturos e irresponsáveis como crianças; que eram fisicamente pequenos, famintos e constantemente provocados por sua cor negra. Eles eram “tão negros que o habitante negro do Harlem poderia ser considerado um homem branco perto deles” dizia um capitão marine para revista National Geographic. Também foram chamados de dissimulados, como afirmou o alto-comissário: “a mentalidade dos haitianos apenas reconhece a força e apelar para a razão e a lógica é impensável” (ABBOTT, 1988, p. 39). O secretário de estado William Brian se espantara com o fato de “negros falarem em francês”. O almirante H. S. Knapp escrevia que o povo do Haiti não tivera o contato com uma cultura e inteligência superior como os negros dos EUA. O secretário de estado Robert Lising escrevia, em 1918, que os haitianos não conseguiam ter bons governos por sua “inerente tendência a voltar à selvageria” (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 77). Na verdade, a selvageria vinha de outro lugar e foi rapidamente percebida pelos haitianos, muito embora todos os soldados se considerassem paladinos da civilização branca, cristã e ocidental europeia. Muitas das atrocidades e ingerências no Haiti estão amplamente documentadas pelos debates realizados no congresso dos EUA (SCHOULTZ, 1999, p. 287-290).

A invasão possuía objetivos materiais e econômicos muito concretos ainda que muitas vezes tenha sido revestida pelo discurso civilizador. Era necessário, para isso, afastar todos os obstáculos entre os quais a pedra angular da soberania haitiana. Em junho de 1918, um plebiscito intimidou os eleitores haitianos a aprovarem uma nova constituição escrita pelos ocupantes por 98.225 votos contra 768 (ABBOTT, 1988, p. 41). A principal novidade do documento – o artigo permitindo a estrangeiros serem proprietários de terras – revogava um ato histórico de Dessalines em 1804 que proibia a propriedade da terra por estrangeiros. Agora se abria caminho para a recolonização do país.

A resistência armada à ocupação: a guerrilha dos Cacos



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

A resistência à ocupação se construiu em duas vias nem sempre conectadas e que correspondiam, em grande medida, às divisões da própria sociedade haitiana. Quando vinda das elites mulatas, a resistência foi alimentada a princípio pelo racismo das tropas de ocupação. Entre os intelectuais haitianos havia um debate anterior desde o final do século XIX acerca dos prováveis méritos comparativos dos modelos de desenvolvimento das culturas francesa e anglo-saxã. Mas o choque e brutalidade da ocupação os afastou rapidamente de um suposto modelo anglo-saxão. Muitos intelectuais haitianos ainda construía um discurso de resistência ao racismo contra os negros de uma perspectiva marcadamente assimilacionista à cultura e padrões de pensamento europeus que os impedia ou dificultava de se aproximarem das raízes culturais africanas e populares do seu próprio país. Deve-se acrescentar que no mesmo período se desenvolviam movimentos nas comunidades afrodescendentes dos EUA em defesa do chamado panafricanismo que também tiveram repercussões no Haiti. O racismo dos militares estadunidenses contra os negros acabou por fortalecer um novo movimento com características de resistência nacional e anti-imperialista que buscava referenciais culturais alternativos e se aproximava da África negra em sua busca por atitudes, valores e modelos na via de uma consciência e perspectiva independente para a nação haitiana. Inicialmente, esse movimento foi chamado de “indigenismo”, discussão que retomaremos à frente. Provavelmente, de concreto, pouco houve na cooperação entre o indigenismo de intelectuais e os movimentos de resistência armada dos camponeses que se rearticulou com força neste momento.

Alguns historiadores periodizaram as revoltas camponesas praticamente como algo endêmico na história haitiana. De fato, existia uma resistência armada e pouco organizada de grupos camponeses no norte do Haiti há muito tempo e que expressava os antagonismos de classe e a luta pela terra contra o sistema político do país. Provavelmente, como explicação estrutural, poderíamos afirmar que a erosão do nível de vida dos camponeses ao longo do século XIX, o declínio comercial da burguesia haitiana e o aumento da corrupção governamental tenham ajudado a aprofundar a crise e a instabilidade geral do sistema político. O empobrecimento geral do país aumentava as tensões econômicas e sociais nas classes trabalhadoras. Mas era fundamentalmente o contexto de aumento das tensões inter-imperialistas na virada dos séculos XIX para o XX, e que se refletia em disputas entre França,



Alemanha e EUA no próprio Haiti como já abordamos (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 72), que estava na raiz de todos os problemas fundamentais. O componente externo representado pelas pressões do mercado mundial era um fator gerador de desestabilização econômica e social para as forças produtivas e relações de produção nacionais. O contínuo período de lutas camponesas instáveis desde 1859 a 1920 refletia, em geral, esta situação.

Para além disso, a resistência camponesa após 1915 estava agora claramente vinculada à combinação de novos fatores políticos que se entrelaçavam aos obstáculos estruturais à economia nacional impostos pela expansão das economias imperialistas e a ação agora incisiva dos EUA. Como já abordamos, a questão da propriedade da terra estava ligada profundamente à conquista da independência desde 1804 e ao lugar ocupado pela massa de pequenos proprietários camponeses. E justamente a maior oposição à invasão estadunidense partia dessas camadas sociais (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 78). Foi nesse pano de fundo que uma nova guerrilha rural despontou com duas causas imediatas: o estabelecimento de empresas de agronegócios dos EUA e a reintrodução das corveias.

A repressão contra o povo haitiano em geral, e em particular contra os pequenos camponeses, preparava o caminho para os capitais estadunidenses ocuparem as melhores e mais férteis terras haitianas. A corveia havia sido abolida em 1864. Sua retomada durante a ocupação dos EUA se assemelhava às práticas da França e Inglaterra na época em suas colônias. A corveia era um trabalho obrigatório, gratuito, temporário ou não, que vigorou de forma intermitente e localizada no país após a abolição da escravidão e independência. Os haitianos viram isso como uma tentativa de reintroduzir um tipo de escravidão na ilha e questionar o coração da soberania nacional. Sob o comando dos invasores, dezenas de milhares de homens passaram a trabalhar na construção de estradas e outras atividades sob controle dos EUA. Ao mesmo tempo, a ocupação aumentou a pressão sobre as terras, ampliando o desemprego e a substituição da tradicional agricultura de subsistência pela agricultura comercial ou de negócios (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 79). Vastas plantações para exportação foram introduzidas e fragilizaram a camada de pequenos proprietários: uma das mais importantes conquistas da revolução haitiana de independência. A existência de um campesinato de pequenos proprietários independentes voltados para a produção de alimentos foi crescentemente substituído desde a nova constituição por empresas



estrangeiras proprietárias que os transformavam em empregados (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 78).

Muitos desses pequenos proprietários de terras formaram os iniciais centros de resistência armada, sendo que vários destes rebeldes tinham referência na liderança do Dr. Rosalvo Bobo e em seu discurso nacionalista. Eles foram rapidamente esmagados por uma força composta de marines e da guarda nacional recém-criada. Esta é considerada a primeira fase da resistência dos Cacos e terminou em novembro de 1915 com a tomada do forte de Rivière e a morte de todos os haitianos que lutavam. Mas a resistência armada e de características anti-imperialistas não morreria tão facilmente.

A segunda fase de resistência armada ocorreu principalmente entre 1918 e 1920 com uma maior radicalização política do movimento, reflexo direto da repressão dos EUA e da ampliação do agronegócio e das corveias. Em 1918, Charlemagne Pèralt, pequeno proprietário e oficial do antigo exército haitiano, surgiu como líder nacional de todas as cidades que estavam engajadas na guerrilha contra as forças ocupantes. Pèralt nasceu em 1866 na cidade de Hinche, onde sua família possuía terra. Depois de servir no exército, tornou-se comandante e foi reformado em 1915 com a dissolução do exército haitiano, retornando para trabalhar na terra da sua cidade. Ele foi preso pelos estadunidenses em 1917 por estar envolvido em um ataque ao escritório oficial dos EUA, sendo sentenciado a cinco anos de trabalhos forçados. Escapou e passou a mobilizar os camponeses. Em 1919, milhares de camponeses juntaram-se à resistência (MILLET, 1978, p. 95). A revolta tomou grandes proporções e Pèralt ganhou prestígio com suas primeiras vitórias. Em 1919, Pèralt constituiu um governo provisório no norte do país e declarou sua intenção de devolver os invasores para o mar. Como ele declarou:

Nossa paciência chegou ao fim. (...) Queremos nossos direitos... Os inescrupulosos estadunidenses destroem nossas instituições, tirando do povo haitiano todos seus recursos... com crueldade e injustiça os ianques têm durante quatro anos arruinado e destruído o nosso território... Nós estamos preparados para fazer qualquer sacrifício para libertar o território haitiano (NICHOLLS, 1971, p. 149, nt. 35).



Estima-se que a guerrilha através do interior do país chegasse a envolver entre 20 e 40 mil combatentes com menos de cinco mil armados com velhos rifles ou facões. Se as atrocidades ocorreram de lado a lado é verdade, um dos lados lutava pela liberdade e soberania nacional e se contrapunha diretamente às consequências do imperialismo sobre seu país. O apoio popular à guerrilha era evidente tanto quanto a impopularidade dos governos impostos pelos EUA (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 81-82). As represálias dos EUA contra a guerrilha foram duradouras e cruéis. Com ajuda de um informante, os marines conseguiram capturar Péralt, assassinado a sangue frio pelo capitão marine Heerman Hanneken que recebeu uma medalha de ouro por esse fato. O corpo de Péralt foi estendido em uma porta como se fosse um crucifixo e foi exposto publicamente para intimidar a população haitiana. O pintor haitiano Philomene Obin o imortalizou em um quadro intitulado “O funeral de Charlemagne Péralt”. O martírio de Péralt e a perseguição aos seus outros milhares de companheiros assumiram dimensões que nunca ocorreram antes da ocupação (ABBOTT, 1988, p. 42). Benoit Batrville assumiu a resistência das guerrilhas, mas foi morto em uma emboscada em maio de 1920 e a resistência armada foi praticamente desarticulada com ele, continuando sob outras formas (MICHAEL, p. 101-102; NICHOLLS, 1996, p. 149-297). Paralelamente à revolta, campos de concentração foram organizados para reprimir e controlar as massas de camponeses, um processo de “pacificação” que não pararia por aí (TROUILLOT, 1990, p. 101-102; ROUQUIÉ, 1984, p. 153). As denúncias das brutalidades e atrocidades cometidas pelas forças dos EUA prenunciavam o que viria ocorrer nas décadas seguintes em outras partes do mundo. O laboratório de práticas autoritárias parecia dar seus primeiros frutos. Cerca de 50 mil haitianos podem ter morrido durante a luta. Houve, de fato, uma enorme desproporção entre os mortos das forças haitianas de resistência e os estadunidenses. Torturas e assassinatos de mulheres, crianças e idosos chegaram a ser denunciados pela Liga Internacional de Mulheres pela Paz e a Liberdade em 1927 e em órgãos de imprensa dos EUA.

Podemos destacar ainda uma terceira fase da resistência nacional direta à invasão e que começa em 1929, quando os EUA voltam sua atenção para a região sul do país. Nessa região, eles passam a incomodar os pequenos proprietários de terras com novas taxas, provocando falências, revoltas e emigração massiva de trabalhadores para Cuba. Com isso,



ajudou-se a abrir o controle das terras para a Haitian-American Sugar Company. Mais de 300 mil haitianos foram expulsos e obrigados a emigrar para Cuba e República Dominicana. Nesse processo, constituiu-se e amadureceu uma resistência mais profunda através de um movimento nacionalista crescente que partia novamente das mobilizações camponesas e que se combinou com uma greve de estudantes contra as políticas educacionais impostas com a ocupação. Em 6 de dezembro de 1929, os marines abriram fogo contra a população mobilizada da cidade de Cayes e impuseram a lei marcial. Cerca de vinte e quatro haitianos foram mortos. Em 14 de dezembro de 1929, a Guarda Nacional prendeu mais de uma centena de pessoas, entre os quais muitos estudantes. O novo massacre e uma greve geral dos estudantes obrigaram os ocupantes a iniciar mudanças. A administração estadunidense decidiu iniciar um período de transição para preparar uma futura retirada militar. Criaram-se duas “comissões de estudos” a partir da administração dos EUA que recomendaram dar maiores poderes de autoridade aos haitianos e iniciar uma flexibilização da ocupação.

A derrota dos movimentos armados de resistência nacional mostrava as fragilidades políticas e o isolamento dos camponeses, mas também os limites de uma oposição nacionalista e democrática organizada nas cidades entre camadas da pequena burguesia e da burguesia. Com isso, foi facilitado o caminho que permitiu que a superioridade militar dos EUA e o pouco ou nenhum apoio internacional esmagassem os impulsos de resistência. A possibilidade de um renascimento independente da nação haitiana e de uma representação democrática da soberania popular foram processos interrompidos e fraturados pelo momento de expansão imperialista dos EUA no começo do século XX, mas que foram retomados sob novas formas ainda que iniciais e que começam a amadurecer na década de 1930.

O ovo da serpente: do indigenismo ao racismo dos Griots

A derrota dos Cacos provocou um movimento muito além das táticas e alternativas políticas de resistência, com dimensões mais profundas. Os jornais *Haiti Integrale*, *La Patrie*, *La Ligue*, e *La Tribune* atacaram a ocupação estadunidense. Desenvolveu-se a organização União Patriótica liderada pelos intelectuais Georges Sylvain, Sténio Vicent, Jean Price Mars,



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

que, em 1921, já possuía cerca de 16.000 membros. Ela cobrava o fim da lei marcial, a revogação da convenção de 1915 que legalizava a ocupação, e chamava à realização de uma Assembleia Constituinte com a retirada em curto prazo da força militar de ocupação dos EUA. Outro grupo, a União Nacionalista, estava particularmente preocupado com as concessões de terras para companhias dos EUA e a expropriação das terras dos camponeses. E um de seus dirigentes, Percival Thoby, defendia em suas palavras a proteção aos pequenos camponeses contra "os tentáculos do dólar imperialista" (NICHOLLS, 1996, p. 149).

Agora, buscava-se na África e não mais na Europa, uma herança ou novas representações identitárias a serem construídas para apoiar a reconstrução da nacionalidade violentada. O surgimento de uma consciência negra entre muitos intelectuais – uma aproximação com as origens africanas da nação – combinou-se com uma mais aguçada compreensão dos antagonismos de classe presentes. Uma incontável torrente de novas ideias, palavras e imagens motivaram muitos outros haitianos a se mobilizarem pela liberdade como expressão clara de novas noções de identidade nacional. A língua crioula, a religião vodu, os costumes e tradições populares, a pele escura em suas diferentes tonalidades, passavam a assumir novos significados (ABBOTT, 1988, p. 42). A discriminação e intolerância dos ocupantes – que reprimiam indistintamente – refletiu-se na formação de uma futura elite haitiana de escritores, historiadores e artistas que se tornaram ativos politicamente e unidos na sua reação contra o racismo e as forças de ocupação.

Em 1928, Jean Price Mars publicou o livro *Ainsi parle l'oncle*, lançando o movimento indigenista e propondo uma reavaliação da cultura nacional, buscando valorizar e reconhecer a sua ascendência africana (SCARAMAL, 2006, p. 68). Outros escritores o seguiram e passaram a criticar as tendências das elites em imitar o Ocidente e ignorar a cultura camponesa local. Eles destacaram a necessidade de se estudar o campesinato haitiano, fazer o inventário das suas práticas, e retomar as tradições africanas da cultura nacional. O movimento indigenista criou novas respostas: nenhuma cultura era superior, o mais ocidentalizado dos haitianos não era necessariamente o melhor haitiano e nem o mais útil para o seu país. Essas respostas, embora não imediatamente políticas, tiveram profundo impacto. O indigenismo como tal não tinha um programa político, mas envolveu intelectuais de diferentes concepções políticas incluindo alguns socialistas. (TROUILLOT, 1990, p. 132-134).



Outro movimento de resistência nacional e anti-imperialista que se desenvolvia nesse mesmo processo foi a negritude. Segundo o intelectual caribenho Aimé Césaire – a quem foi atribuído o primeiro uso do termo negritude – foi “no Haiti de Toussaint L'Ouverture (1804) que a negritude se pôs de pé pela primeira vez” (*apud* TROUILLOT, 1990, p. 69). A palavra ganhou os círculos europeus na década de 1930. Alguns fatores contribuíram para o surgimento da negritude como movimento. Ela envolvia a aceitação do mito provindo da Europa de que as raças existem e são significativamente diferentes. Tanto as vertentes que propunham uma visão biologizante como historicista a respeito da existência de raças humanas atuavam como metáforas a respeito de diferenças culturais realmente existentes, buscando biologizar o que é cultura, ou a ideologia (APPIAH, 2008, 53-66). Isso representava uma mudança nas posições tradicionais de intelectuais negros e mulatos haitianos. O surgimento do movimento negritude entre os escritores negros das décadas de 1920-1930 certamente estava ligado aos eventos e tendências políticas e a necessidade de resistência às pretensões europeias e dos EUA no Haiti em particular. O impulso em geral era aguçado pela oposição aos aspectos mais brutais do colonialismo europeu, mas adquiria uma conotação mais profunda e direta com a ocupação do Haiti (NICHOLLS, 1996, p. 163-164).

Um dos mais ativos movimentos de protesto nacionalista no período da década de 1930, o *Griots*, desenvolveu uma abordagem própria da questão nacional e negra, enfatizando o passado africano do país e exaltando as grandes civilizações africanas. Seus principais animadores, Lorimer Denis e o próprio François Duvalier, insistiram na tese de que a biologia e o grupo racial determinariam a psicologia dos indivíduos, o que por sua vez determinaria a personalidade coletiva da nação. O *Griots* fazia uma leitura próxima das pseudoteorias fascistas e raciais que avançavam na Europa dos anos 1930 e da ideologia dos pan-africanistas como W. E. B. Du Bois. A teoria política desse grupo era essencialmente antiliberal e com ênfase no respeito à autoridade e à disciplina. O grupo propunha uma plataforma política para o país através de reformas que abrangeriam o respeito à religião vodu, incentivos à cultura e à música africana, sua arte e literatura, uma reestruturação do sistema educacional e uma redução do papel da Igreja Católica e que despertou grandes simpatias. Acreditavam que o poder poderia ser tomado por um governo autoritário composto pelos negros representantes da maioria nacional discriminada pelos “mulatos”. Os responsáveis pelo atraso e pelo



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016.

<http://revista.anphlac.org.br>

desrespeito às origens negras e africanas do povo haitiano seriam esses “mulatos” locais. E, nesse sentido, afastaram-se e se distinguiram tanto do movimento indigenista haitiano, que defendia a originalidade híbrida da cultura popular do país, quanto das manifestações dos movimentos e intelectuais da negritude caribenha, como Aimé Césaire (*Discurso sobre o colonialismo*), que defendiam os direitos dos negros em uma perspectiva de unidade na luta anti-imperialista de todos os povos. O desdobramento desse movimento dos Griots apareceu com o regime autoritário, racista e conservador de François Duvalier entre 1957 e 1986.

Os legados da ocupação militar

Em novembro de 1930, a Assembleia Nacional indicou para presidente o nacionalista Sténio Vicent, sinalizando o período de transição da ocupação militar dos EUA. Porém, apenas em julho de 1934 o governo de Roosevelt se decidiu pela desocupação e a transferência do poder militar para a guarda nacional haitiana. A estabilidade política nos 19 anos após a invasão fora alcançada através da repressão política e armada a todas as formas de resistência com a manutenção e consolidação de um inédito aparato permanente de segurança. As dificuldades e quase ausência de uma sistemática oposição organizada após as primeiras medidas de censura e a perseguição e extermínio da oposição armada dos Cacos provavelmente até explique governos menos brutais na década de 1930 e 1940 (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 86). Uma paz de cemitérios parecia aparentemente não exigir o uso das disposições autoritárias latentes que haviam sido introduzidas no país de forma profunda. Esse era o legado concreto do experimento autoritário que o jovem imperialismo estadunidense produzira no Haiti.

A presença estadunidense aprofundou problemas econômicos estruturais do Haiti de duas maneiras: aumentou a dependência econômica fomentando as exportações de café e fragilizando as pequenas culturas agrícolas locais; também aumentou a injustiça do sistema fiscal ampliando as cotas e valores de taxas das importações e exportações que eram sugados, via estado, através do pagamento da dívida. Eram mecanismos específicos e explícitos das políticas imperialistas dos EUA sobre o país. Entre 1916 - 1921 e entre 1932 – 1933, o café



representava 67% das exportações em valores, aumentando para 78%, o que ampliou a dependência de um único produto de exportação. Os EUA foram os únicos beneficiários do déficit comercial porque permaneceu como o primeiro país entre as fontes das importações do Haiti. As importações do país dobraram durante a ocupação, passando de 23% o valor das mercadorias vendidas em 1916-1917 para 46% em 1932-1933. No mesmo período, as exportações cresceram de 19% para 28% em relação ao valor das mercadorias vendidas. Em outras palavras, a carga de impostos cresceu durante a ocupação em relação ao que havia sido no século XIX, beneficiando os EUA de várias formas: aumentando os lucros das empresas agrícolas que se instalaram no país, dos seus exportadores e também dos banqueiros beneficiados com os pagamentos das dívidas. A absoluta prioridade dada aos pagamentos de dívidas moldou um sistema fiscal com uma série de novos encargos, o que aumentou o preço dos produtos para as classes trabalhadoras (TROUILLOT, 1990. p. 103).

O poder também foi sendo concentrado nas mãos de uma pequena elite político-militar através do controle armado da guarda nacional, a principal herança deixada pelos estadunidenses. A força pública haitiana, treinada e nascida pelas mãos dos EUA inicialmente como “gerdameria do Haiti”, torna-se em 1928 a Guarda Nacional como um eficiente instrumento político de controle interno. Esta nova força, criada logo após a invasão, formada majoritariamente por negros haitianos e com seus comandantes em 1930 sendo 60% oficiais dos EUA, era uma organização nacional em teoria apolítica e voltada para a manutenção da ordem interna. Desde o início da invasão até o fim da Segunda Guerra em 1945 foram 30 anos de continuidade da repressão militar, sob o comando dos marines e em seguida de seus continuadores locais. Em 1947, essa mesma organização torna-se o Exército do Haiti (ROUQUIÉ, 1984, p. 153). Apenas após a Segunda Guerra, com a insurreição popular de 1946, um curto período de presença de forças e organizações sociais populares independentes na vida política do país, é que houve um breve renascer democrático no Haiti.

A guarda nacional foi um instrumento para consolidar a dominação imperialista e ferir de morte o coração da soberania nacional conquistada em 1804. A independência do país estava ligada ao controle da terra desde o nascimento do Haiti e se tratava de desarticulá-la em seus vínculos mais profundos. Não se pode esquecer a diferença política fundamental entre a Guarda Nacional e o antigo Exército que havia sido desmantelado pelos ocupantes.



Apesar de todas as arbitrariedades durante a segunda metade do século XIX, era ainda o mesmo exército que havia libertado o Haiti dos franceses, o primeiro exército que se constituiu na luta contra a escravidão e o colonialismo. Por causa desse papel, sua origem e por conta da posição do Haiti no mundo, o exército haitiano acreditava ter sido incumbido de uma missão nacional. Esse exército foi dissolvido em 1915, e não por acaso um de seus ex-oficiais, Charlemagne Pèralt, encabeçou a luta de guerrilhas dos camponeses Cacos. Em contraste, a Guarda Nacional Haitiana formada pelos EUA foi criada especialmente para lutar contra os próprios haitianos.

Conclusões

O Haiti viveu uma tentativa de recolonização em 1915 como expressão direta da consolidação imperialista dos EUA. Foi implantado um regime de controle total da sociedade desde as primeiras décadas do século XX, deixando como herança uma nação em desagregação, cada vez mais fragmentada social e culturalmente. As mobilizações nacionalistas de 1929, se conseguiram por um lado forçar a desocupação militar em 1934, não foram, no entanto, capazes de impedir a desarticulação das novas instituições locais de caráter autoritário e antinacional incrustadas no Estado. Não havia mais instituições nacionais independentes ou organizações com certa coesão para canalizar de forma razoavelmente articulada, e em termos políticos, as reivindicações das classes sociais fora dos círculos dominantes na década de 1930. A crise política que se seguiu nas décadas de 1940 e 1950 decorria, em grande parte, da ausência de um sistema político e democrático que permitisse a participação das massas, organizações sindicais e populares ainda frágeis, o que mergulhou o país na luta de grupos personalistas e sem plataformas nacionais coerentes (TROUILLOT, 1990, p. 104).

O Haiti foi o espaço de experimentos políticos, econômicos e sociais implantados pelos EUA como nação imperial em consolidação. Dessa forma, desde o princípio do século XX começava a pequena república negra – mas não só o Haiti –, de fato, a dar seus frutos envenenados. Com esse legado, a outrora orgulhosa primeira nação negra independente



nascida em 1804, invadida em 1915 pelos EUA e controlada militarmente até 1934, entrou a partir de 1957 até 1986 na longa e sinistra ditadura de François Duvalier e de seu filho Jean-Claude (1971-1986). A nova invasão e ocupação iniciada em 2004, sob o comando novamente dos EUA e ainda vigente (2016), recoloca a atualidade e necessária reflexão histórica sobre a submissão do atual Haiti e a vigência do conceito de imperialismo que operamos como instrumento de análise e reflexão sobre a história da outrora pérola das Antilhas.

Referências bibliográficas

ABBOTT, Elizabeth. *Haiti – an insider's history of the rise and fall of the Duvaliers*. New York: Touchstone book, 1988.

APPIAH, Anthony Kwame. *Na casa de meu pai, a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. *Haiti, the breached citadel*. San Francisco & London: Westview press, 1990.

BENOIT, Joachim. *Les racines du sous-développement en Haiti*. Prix Deschamps, 1979.

CASTOR, S. *La ocupación norte-americana de Haiti y sus consecuencias (1915-1934)*. Mexico: Siglo XXI, 1971.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Curitiba: Letras contemporâneas, 2010.

CORVINGTON, Georges. *Port-au-Prince au Cours des Ans: la Capitale d'Haiti sous l'Occupation 1915-1922*. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 1984.

HAGGERTY, Richard A. (ed.). *Dominican republic and Haiti, country studies*. 2ª ed., Library of Congress, 1991.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova cultural, 1985.

HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno*, São Paulo: Nova cultural, 1985.

HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginário*. Mexico: FCE, 1993.



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

_____. El concepto de negritude en la vida cultural y política de Haití. *Estudios Sociales*, v. 18, jan-mar, 1985, p. 1-16.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros*. São Paulo: Boitempo, 2000.

LEYBURN, James G. *The haitian people*. London: Yale University Press, 1966 (Ed. em espanhol Santo Domingo, 1986).

LÊNIN, V. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007.

NICHOLLS, David. *From Dessalines to Duvalier: race, colour, and national independence in Haiti*. New Jersey: Rutgers University Press, 1996.

_____. *Economic dependence and political autonomy: the haitian experience*. Montreal, 1974.

PEDROSA, Mário. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PIERRE-CHARLES, Gérard. *Haiti, a crise ininterrupta, 1930-1975*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

RENDA, M. *Taking Haiti: military-occupation and the culture of US imperialism 1915-1940*. Chapel Hill: The university of north Carolina Press, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti – fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Cãnone editorial, 2006.

SCHIMIDT, Hans. *The United States occupation of Haiti, 1915-1934*. New Brunswick: Rutgers Univ. Press, 1971

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 1998.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti, state against nation – the origins and legacy of duvalierism*. New York: Monthly review press, 1990.

